



## Pesquisa Etnográfica com Crianças e Adolescentes: Limites Metodológicos e a Proteção do Menor à Luz da Lei Geral de Proteção de Dados

### *Ethnographic Research With Children and Adolescents: Methodological Limitations and the Protection of Minors in Light of the General Data Protection Law*

#### **Bruna Francisca Andrade Camelo**

*Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do curso de graduação em Direito do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA/UNISULMA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0316297937900406>.*

#### **Carmelitha Aguilar Carlos Pereira**

*Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do curso de graduação em Direito do Centro Universitário Facimp Wyden (UNIFACIMP WYDEN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0676979529629245>.*

#### **Igo Teixeira Morais da Luz**

*Mestre em Direito pela Universidade de Marília (UNIMAR). Professor do curso de graduação em Direito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8153159211185444>.*

#### **Khayam Ramalho da Silva Sousa**

*Mestre em Direito pelo Centro Universitário FIEO (UNIFIEO). Professor do curso de graduação em Direito do Centro Universitário Facimp Wyden (UNIFACIMP WYDEN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8335390975231363>.*

#### **Milena de Macedo Silva**

*Especialista em Psicologia Hospitalar e da Saúde pela Faculdade Iguazu (FI). Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Psicóloga. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8056515608136501>.*

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar os desafios ético-metodológicos inerentes à pesquisa científica com crianças e adolescentes. Para tanto, examina a observação participante, enquanto recurso central da etnografia, e a utilização de desenhos como instrumentos de aproximação e produção de dados. O estudo pontua as contribuições, as ponderações e as críticas referentes a esses métodos, a partir de literaturas consagradas nas ciências sociais em que o público infantojuvenil figura como sujeito ativo. Em paralelo, problematiza-se a dimensão ética dessas investigações, considerando o contexto social em que os atores estão inseridos e os dilemas que envolvem a divulgação dos achados. Nesse sentido, avaliam-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e seus impactos na redação acadêmica, compreendendo o imperativo jurídico da anonimização como uma salvaguarda necessária à proteção das identidades e ao amparo dos dados produzidos nessas pesquisas.

**Palavras-chave:** etnografia infantojuvenil; observação participante; desenhos metodológicos; ética em pesquisa; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**Abstract:** This study aims to analyze the ethical-methodological challenges inherent to scientific research with children and adolescents. To this end, it examines participant observation as a central resource of ethnography and the use of drawings as instruments for

approximation and data production. The study highlights the contributions, considerations, and criticisms of these methods, drawing on established social science literature in which children and adolescents are public figures and active subjects. In parallel, the ethical dimension of these investigations is problematized, considering the social context in which the actors are inserted and the dilemmas involving the disclosure of findings. In this sense, the provisions of the General Data Protection Law (LGPD) and their impact on academic writing are evaluated, with an understanding of the legal imperative of anonymization as a necessary safeguard for protecting identities and supporting the data produced in these studies.

**Keywords:** child and adolescent ethnography; participant observation; methodological drawings; research ethics; General Data Protection Law (LGPD).

## INTRODUÇÃO

Este estudo propõe uma análise da observação participante aplicada à etnografia e uma reflexão sobre a utilização de desenhos como ferramentas metodológicas em pesquisas científicas com crianças e adolescentes. Sendo ambos os métodos consagrados nas ciências sociais, notadamente na antropologia, o objetivo central é explorá-los a partir de suas concepções teóricas, implicações práticas e críticas inerentes.

A observação participante configura-se como um notável recurso metodológico para a produção de dados, sendo fortemente empregada na etnografia, especialmente quando se tem o público infantojuvenil como protagonista, dinâmica observada nos trabalhos pioneiros de Pires (2007) e Sousa (2015).

Dessa forma, ansiando pela proximidade com o universo a ser explorado, o pesquisador, por meio da observação participante, encontra uma excelente oportunidade de se familiarizar de forma autêntica com os sujeitos que se propõe a estudar: as crianças e os adolescentes.

Um método que pode ser trabalhado em profunda sinergia com a observação participante é a utilização de desenhos. Tem-se percebido que se trata de uma valiosa técnica, muitas vezes relegada a um plano secundário, mas cuja relevância para o estudo com essa faixa etária tem se mostrado incontestável ao longo dos anos. Embora ainda não haja a difusão necessária ou o ensinamento formalizado nas academias sobre como estruturar esse recurso nos trabalhos científicos, o seu uso vem se disseminando crescentemente.

Noutro giro, o presente trabalho também aborda as questões éticas que devem ser rigorosamente observadas nesse fazer científico. Destaca-se a necessidade imperativa de submissão à Lei nº 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), analisada aqui como um marco fundamental para orientar e precaver os pesquisadores quanto ao tratamento adequado dos dados produzidos nas investigações com menores de idade.

Nesse sentido, delinea-se o seguinte problema de pesquisa: quais os principais desafios de se pesquisar crianças e adolescentes nas ciências sociais?

Na nossa perspectiva, o desafio primordial ancora-se no fato de os interlocutores serem menores de idade, o que exige obrigatoriamente a autorização expressa dos pais ou responsáveis, somando-se ao melindroso cenário atual da ausência de definições concretas sobre como tratar dados sensíveis, a exemplo dos desenhos, e sobre como publicizar os resultados dessas pesquisas.

Para embasar as respostas a essa indagação, adotou-se como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O estudo fundamenta-se no levantamento e na análise crítica de literaturas consagradas nos campos da antropologia e da sociologia da infância, estabelecendo um diálogo direto com o arcabouço normativo brasileiro, em especial as diretrizes da LGPD, objetivando a estruturação de um referencial sólido capaz de nortear a práxis investigativa, compreendendo os dilemas éticos e as possibilidades metodológicas no trato com atores sociais infantojuvenis.

## **A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE COMO RECURSO DA ETNOGRAFIA**

A observação participante, enquanto recurso metodológico utilizado nas pesquisas de campo, consolida-se como um rico instrumento para a produção de dados referentes aos sujeitos a serem estudados.

Nota-se que esse método foi amplamente adotado pela etnografia, configurando-se como uma invenção basilar da antropologia, consoante aborda Marchi (2018), ao pontuar que a realização de toda etnografia pressupõe um trabalho de campo intensivo e de longa duração. Isso arremata a observação participante como um elemento quase obrigatório dentro do fazer etnográfico.

Dessa maneira, a técnica proporciona familiaridade e relacionamento entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Essa dinâmica foi explicitamente observada nos trabalhos desenvolvidos por Sousa (2015) e Pires (2007), com Sousa acrescentando que o seu estudo foi guiado pela observação direta e participante, garantindo a inserção do pesquisador na sociedade em análise (vivendo entre eles) e a interação orgânica com os atores sociais.

Geertz (1978) tratou da proeminência dessa integração do pesquisador nas formas de vida do universo a ser explorado, apresentando-a como meio fundamental de gerar convencimento naqueles que terão contato com os escritos etnográficos.

A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo ou de outro, “estado lá” (Geertz, 1978, p. 15).

Embora existam numerosos adeptos da observação participante (Pires, 2007; Sousa, 2015; Marchi, 2018), faz-se necessário citar uma crítica a esse método a

fim de enriquecer o debate acadêmico, a exemplo de Favret-Saada (2005), que não considera a observação apenas como um meio, mas como uma contingência inevitável do pesquisador, pois, segundo a autora, seria impossível haver observação sem existir participação concomitante.

Na prática, a estratégia utilizada por Pires (2007) para gerar aproximação com as crianças por meio da observação participante consistiu em visitas regulares aos serviços a elas destinados, como as missas na Igreja Católica, a escola dominical na Assembleia de Deus e a “reunião das crianças” no Centro Espírita, além da presença em eventos comunitários como funerais, enterros e novenas. Todavia, o primeiro mecanismo real de inserção social deu-se por intermédio de visitas aleatórias.

A autora continua a sua exposição destacando que, quando passou a focar o estudo nas crianças, procurou variadas formas de se aproximar delas, uma vez que, a princípio, elas não seriam o objeto direto da análise. Para tanto, Pires mobilizou várias ideias: ensinar a fazer papel reciclado, contar estórias, ouvir estórias e até fazer um bolo para comemorar o aniversário de uma delas. Segundo ela, a opção de convidá-las para a sua casa teve como justificativa o desejo investigativo de observá-las também longe da tutela de suas famílias.

A pesquisadora descreveu a relevância desse contato com as crianças em sua própria residência, apostando nessa abordagem ao perceber que, no ambiente familiar nativo, as crianças mantinham uma interação contida sob a vigilância adulta. Longe desse ambiente restritivo, elas se revelaram muito mais produtivas e espontâneas para a pesquisa.

O fato é que as crianças não são autorizadas a pular no sofá em suas próprias casas, e até as brincadeiras, principalmente dentro de casa, têm certa disciplina a ser seguida. Aos poucos, percebi que as crianças iam para a minha casa, sob a desculpa bastante digna de que estavam estudando comigo – o que justificava até negligenciar os afazeres domésticos para brincar livremente, pulando, gritando, correndo e também brigando uns com os outros (Pires, 2007, p. 7).

Diante da inevitável artificialidade da presença do pesquisador no contexto analisado, que, segundo Pires, seria impossível de evitar, mas indispensável de ser explicitado na escrita, a solução estaria em permitir-se ser “abraçada” pelo campo, deixando que ele fale por si só e passando a considerar toda e qualquer possibilidade imprevista como dado analítico.

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assume o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada (Favret-Saada, 2005, p. 6).

Uma questão notável aprendida da leitura de Pires é que, para conseguir investigar o universo infantil de forma genuína, ela precisou transpor a barreira geracional ao máximo. Isso justifica a estratégia de fazer com que as crianças frequentassem a sua casa, permitindo que elas brincassem, gritassem e cantassem livremente. Para a efetividade da observação participante, esse cenário revela-se, portanto, metodologicamente riquíssimo.

Nos primórdios da disciplina, Malinowski (1984) já havia alertado sobre essa aproximação, destacando a necessidade de o etnógrafo tornar-se uma figura familiar e integrada como pré-requisito irrenunciável para a realização de um bom trabalho de campo.

A familiaridade com o nativo e a capacidade de participar de seu universo constituem condições prévias para a investigação, mas não eliminam o laborioso trabalho da coleta sistemática de dados nem a interpretação e a integração da evidência empírica que recriam a totalidade vivida pelo nativo e apreendida pela intuição do pesquisador (Malinowski, 1984, p. 18).

Ademais, quando se trata de estudos voltados a crianças, o pesquisador não pode figurar como uma autoridade impositiva. Caso a postura assumida o coloque acima delas, o objetivo central da aproximação naufragará, impedindo o ganho da cumplicidade e da confiança fundamentais.

Nesse mesmo dia, as professoras pediram que as crianças se dividissem em grupos para uma tarefa que fariam em casa. Um menino e uma menina saíram de seus assentos e vieram correndo me perguntar se eu já tinha grupo, caso contrário, eles convidavam-me para entrar no seu grupo. Nesse dia, voltei para casa satisfeita com o resultado de minha inserção, pelo menos no catecismo. É imprescindível ressaltar que meu intento não era “tornar-me nativa”, mas, sim, ser assimilada pelas crianças como uma adulta diferente (Pires, 2007, p. 10).

Aprofundando a discussão sobre “tornar-se nativo”, Malinowski (1984) também acrescentou que o início de qualquer pesquisa é inevitavelmente repleto de “mistérios etnográficos”, cujo desvendamento só pode ocorrer mediante investigação minuciosa, intimidade e o lento processo de identificar o ponto de vista do sujeito de estudo.

Existe, indiscutivelmente, uma dificuldade inerente ao pesquisador de gerar intimidade e identificação com os sujeitos. Todavia, isso se faz estritamente necessário no processo de investigação, não sob a exigência de que ele se converta no outro, mas para que absorva os seus modos de ver, pensar e agir no esforço de compreensão daquilo que se propõe a pesquisar.

Dessa forma, temos mais um motivo para acreditar que elas não me viam como criança. Parece-me plausível afirmar que os mundos do pesquisador enquanto um adulto e o do nativo enquanto criança são comunicáveis. Mas nem sempre é o caso (Pires, 2007, p. 12).

Infere-se ainda, de modo a corroborar os apontamentos clássicos de Malinowski (1984), que conhecer em profundidade a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa ir a campo sobrecarregado de ideias preconcebidas e limitadoras.

Entretanto, Velho (1981) propõe uma reflexão basilar sobre a familiaridade exacerbada: o pesquisador pode possuir informações em demasia a respeito de seu objeto, a ponto de isso comprometer a sua subjetividade analítica. Assim, apoiando-se nas premissas iniciais da antropologia, faz-se necessário que o investigador cultive um olhar imparcial e relativo, evitando envolvimento dogmáticos que subjuguem as suas conclusões.

Desse modo, a observação participante, a entrevista e o contato direto e pessoal formam a marca irrefutável da pesquisa antropológica, respaldada na premissa de que, para conhecer a sociedade com a qual se está em contato, exige-se uma vivência prévia e de imersão. Contudo, o autor pontua que essa experiência anterior com o objeto de estudo não deve constituir uma verdade absoluta e inquestionável, pois ela deve ser submetida, a todo instante, às lentes da relatividade.

Esse movimento de relativizar as noções da distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado, permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais neutros (Velho, 1981, p. 129).

Outra ressalva destacada pelo autor é que, ainda que o pesquisador mergulhe incondicionalmente na investigação, tal como Malinowski o fez com os nativos de Trobriand, isso não assegura que ele compreenderá de imediato ou logicamente a teia das relações ali estabelecidas.

Posso estar acostumado com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar; a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, grosso modo, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa, mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam (Velho, 1981, p. 128).

O fato de haver grande familiaridade com o local ou grupo pode, paradoxalmente, revelar-se um obstáculo epistemológico. O conjunto das ações humanas, embora delimitado, forja combinações suficientemente variadas para criar surpresas e abrir abismos teóricos, por mais conhecidos que os indivíduos e as situações aparentem ser (Velho, 1981).

A realidade, seja ela exótica ou costumeira, será sempre filtrada pelo ponto de vista particular do observador. Essa percepção enviesada nem sempre representa

fielmente o que o fato “é”, mas exprime a percepção que o pesquisador captou. Por conseguinte, sugere-se metodologicamente que o estudo seja guiado por uma “objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (Velho, 1981).

A premissa de um fenômeno parecer familiar não o torna, por dedução, plenamente conhecido, da mesma maneira que um costume tido como distante ou inusitado deixará de sê-lo no exato instante em que as nossas pré-noções o decodificarem.

O investigador se vê constantemente diante do desafio de pressupor familiaridades e distinções, convertendo-as em fontes de compreensão. Logo, por mais que se agrupem dados quantitativos e qualitativos imaculados sobre determinado espaço ou classe, a subjetividade indissociável da figura humana permanecerá latente no transcorrer do trabalho.

Contempla-se, finalmente, que a adoção da observação participante atrelada de forma combinada a outros métodos como desenhos, entrevistas estruturadas ou conversas informais, não basta, de maneira isolada, para a produção de uma etnografia. O produto etnográfico não resulta de uma mera justaposição empírica de métodos, mas repousa, essencialmente, sobre um alicerce teórico inegociável.

A teoria e a prática são inseparáveis. O fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiados, moldados e disciplinados pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa (Uriarte, 2012, p. 2).

Em outras palavras, a pesquisa e o modelo etnográfico não se constroem isolados na teoria abstrata, e tampouco restritos à prática solta no campo. É indispensável que ambos os elementos se cruzem e estejam flexíveis para acolher a influência um do outro.

Conforme pontua Uriarte (2012), exige-se do pesquisador o rigor de desconfiar dos próprios pré-julgamentos, sustentando a atenção e a sensibilidade metodológica necessárias para perceber quando a realidade viva transcende as premissas e quando a teoria não consegue abarcar os novos arranjos da prática.

## OS DESENHOS COMO ADIÇÃO À PESQUISA

Acerca da utilização de desenhos nas pesquisas antropológicas, esta técnica destaca-se como uma grande aliada a fim de auxiliar o pesquisador em suas impressões e na leitura do objeto de pesquisa. Ela viabiliza a aplicação de outros métodos que, somados a este, proporcionarão uma confirmação ou refutação das impressões observadas no campo.

Ao desenhar sobre um tema proposto, as crianças colocam no papel o que lhes é mais evidente. Nesse sentido, o desenho é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que primeiro vem à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança (Pires, 2007, p. 12).

Geralmente, as crianças possuem uma predisposição aos desenhos, não se opondo quando lhes é ofertada essa atividade. Como relata Mead (1932 *apud* Pires, 2007, p. 18), “as crianças manus estavam sempre dispostas a desenhar”. O cenário é distinto entre os adolescentes, que muitas vezes possuem certa resistência, pois encaram que essa prática pertence apenas ao universo infantil. Sobre essa resistência, observa-se:

Na sétima e na oitava séries do ensino fundamental, devido às altas taxas de repetência, deparei-me com muitos alunos adultos. Somente nesse momento observei resistência deliberada à pesquisa – geralmente por parte dos adolescentes do sexo masculino. Atitudes “engraçadinhas” foram observadas, por exemplo, quando um dos rapazinhos, que deveria escrever sobre religião, perguntou-me “se eu fizer a redação, eu ganho uma passagem para o céu?”, provocando uma gargalhada geral na classe. Alguns outros entregaram a folha em branco, e outros copiaram literalmente o que um colega tinha escrito (Pires, 2007, p. 17).

É interessante notar que o desenho em si muitas vezes precisa de um esclarecimento para que se abstraia a essência da linguagem por meio dos traços de lápis de cor e giz de cera. Nessa medida, Pires (2007) nos direciona que “os desenhos úteis para a pesquisa antropológica são, sem dúvida, aqueles nos quais as crianças se esmeraram nos comentários”.

Ainda acerca dessa contribuição, o entendimento é reforçado por Pires e Sousa (2021), que trouxeram à tona a explanação de Toren (1993) de que “os desenhos seriam instrumentos de pesquisa capazes de capturar a percepção de hierarquia das crianças. Logo após desenhar, as crianças faziam um relato sobre o desenho”.

Naquele contexto, a pesquisadora buscou identificar a compreensão das crianças em relação à situação demonstrada visualmente, a hierarquia e as posições sobre gênero e senioridade, o que lhe permitiu contrapor a teoria de que a hierarquia do povo de Fiji era alicerçada apenas na diferenciação de rank entre os chefes e o povo.

Com relação a isso, recordamo-nos da descrição densa ou etnografia interpretativa estudada por Geertz (1978), exposta claramente por Marchi (2018), que significa descrever menos as minúcias de um fato, vez que isso seria apenas uma das etapas, para então situar a descrição na teia simbólica em que o fato se insere.

No caso das investigações etnográficas com crianças, seria, portanto, compreender que significado(s) as ações das crianças têm ou assumem no sistema simbólico das suas culturas infantis. Seria preciso, portanto, estabelecer uma ligação que vai do nível microscópico em que a ação é pormenorizadamente descrita (registrada pelo investigador etnógrafo) ao nível mais amplo de onde a ação ao mesmo tempo partiu (pois tem por referência um mundo de significados compartilhados) (Marchi, 2018, p. 4).

Portanto, para o pesquisador, não existe validade alguma em ter os desenhos em mãos sem, contudo, situá-los dentro do contexto dos fatos investigados, sendo necessário realizar ligações nas teias de significados nas quais essas crianças estão imersas para gerar a correta interpretação.

Os desenhos, desse modo, são cruciais para as pesquisas antropológicas e sociais, embora ainda não muito explorados. Eles embasam as considerações constatadas, confirmam o que foi observado, no caso da observação participante, e ajudam a dissipar teorias até então irrefutáveis.

Os desenhos das crianças me guiaram por uma série de aspectos importantes a serem verificados na pesquisa, especialmente as representações dos espaços do Sítio, a relação deles com a casa e seus arredores, as estradas e os animais. A elaboração dos desenhos aliada à observação em campo foi muito útil por revelar no dia a dia das crianças o modo como estas se relacionavam com seus animais por todos os espaços do sítio (Sousa, 2015, p. 16).

Contudo, ainda restam muitas dúvidas no tocante à interpretação e à utilização dos desenhos nas pesquisas antropológicas, sobretudo, conforme expõem Pires e Sousa (2021), porque não há o ensinamento na formação acadêmica, existindo poucos materiais que orientem a utilização dessa técnica.

Ademais, para que os desenhos sejam utilizados com mais frequência e proporcionem maior apropriação nos resultados, faz-se necessária uma análise do seu processo de produção, descrevendo as condições em que foram feitos (lugar, tempo, materiais etc.), e o reconhecimento da interpretação que as próprias crianças dão a eles.

Como consequência da ausência desses cuidados, os desenhos muitas vezes são renegados nas pesquisas, figurando apenas como anexos ou em notas de rodapé, e, quando utilizados, aparecem com legendas em descrição mínima, resultando no uso limitado do potencial da técnica.

Nota-se, ainda, que os desenhos não devem ser vinculados exclusivamente ao universo infantil. Conforme acrescentam Pires e Sousa (2021), “os desenhos são um modo de acessar as percepções dos sujeitos”, sejam eles crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

Por fim, constata-se que o desenho é uma técnica metodológica complementar. Embora possa ser utilizado individualmente, a sua valiosa contribuição consolida-se quando empregada em conjunto com outros métodos, especificamente a

observação participante, por haver rendido grandes resultados nos trabalhos de Pires (2007) e Sousa (2015).

## DAS QUESTÕES ÉTICAS

O viés ético da pesquisa com crianças e adolescentes decorre do fato de que esses atores sociais, até pouco tempo atrás, não eram considerados passíveis de figurar como pesquisados, seja pela limitação de manifestação imposta pela idade, seja pela falta de conhecimento dos pesquisadores na utilização de métodos adequados.

Com o surgimento da sociologia da infância no final da década de 1980 e a consolidação da compreensão de que a criança e o adolescente são titulares de direitos, surgiu o interesse em lhes dar voz. Consequentemente, intensificou-se a discussão ética nas pesquisas com essa população menor de idade.

Existe uma crítica pertinente que levanta uma problemática ética: a criança, muitas vezes, desconhece que está sendo estudada. Como possível solução metodológica, Corsaro (2005 *apud* Marchi, 2018) aponta a estratégia da “entrada reativa”, que consiste na postura do investigador de não agir como os outros adultos no contexto escolar.

O pesquisador deve circular por lugares onde os demais adultos não estão presentes, não fazer perguntas, não dar ordens e não iniciar interações compulsórias, vez que a iniciativa do contato deve pertencer às crianças. Dessa forma, o pesquisador apenas reage à abordagem, com a intenção de que a criança o perceba como um “amigo”, conforme atestado por Pires (2007).

Realizadas essas considerações, adentramos em uma questão sensível abordada por Kramer (2002) referente à utilização dos nomes das crianças nas versões finais dos trabalhos. A autora sinaliza que a omissão dos nomes ou a sua simples abreviação nega a condição de sujeito das crianças, abdicando de suas identidades, o que se mostra incoerente com a premissa de dar voz a elas. Em contrapartida, havia a preocupação vital de preservar esses infantes, visto que os seus relatos continham denúncias de graves problemas familiares e institucionais, gerando sérios riscos caso as identidades fossem reveladas.

Em alguns contextos, diante do grande envolvimento e da integração entre pesquisador e crianças, decidimos pedir para as crianças escolherem os nomes com que queriam aparecer na versão oficial do trabalho. Os estudos de Algebaile (1995), Leite (1995), Earp (1996) e Ferreira (1998) permitem-me discutir essa alternativa metodológica e analisar algumas de suas implicações ou decorrências (Kramer, 2002, p. 7).

Ao longo de seu trabalho, a pesquisadora analisa as abordagens de outros autores (Leite, 1995; Earp, 1996; Ferreira, 1998) quanto à divulgação identitária, demonstrando que o uso de abreviações, nomes de artistas ou apenas o primeiro nome varia de acordo com a sensibilidade do pesquisador em avaliar os riscos do contexto.

No cenário atual, soma-se um fator juridicamente impositivo na divulgação de dados infantojuvenis. O art. 3º do Código Civil (Brasil, 2002) determina que o menor de 16 anos é considerado absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Dessa forma, para que haja a divulgação legal de nomes, imagens e entrevistas, é obrigatória a autorização expressa dos pais ou representantes legais.

Embora a sociologia pondere a criança como sujeito de direitos e valorize a sua identidade, o pesquisador não pode desconsiderar o arcabouço normativo, sob o risco de enfrentar sérias complicações. Esse rigor foi ampliado pela LGPD, que trouxe regulamentações inéditas e dedicou um trecho exclusivo à proteção de dados atinentes a crianças e adolescentes.

Observa-se que a referida lei possui uma flexibilização em seu art. 4º, quando dispõe que ela não se aplica ao tratamento de dados para fins exclusivamente acadêmicos. Contudo, essa exceção obriga o cumprimento dos arts. 7º e 11 da própria LGPD (Brasil, 2018). Desta feita, o fornecimento de dados de menores exigirá o consentimento específico de pelo menos um dos pais ou responsável legal, devendo ocorrer a anonimização dos dados sempre que possível.

Muito embora a lei limite a sua incidência integral no âmbito acadêmico, ela determina expressamente a sua aplicação no cenário de estudos por órgãos de pesquisa.

Por sua vez, a LGPD conceitua o órgão de pesquisa como:

Qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário, a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico (Brasil, 2018, art. 5º, XVIII).

Assim, estão incluídos nas obrigações da lei as universidades públicas e privadas sem fins lucrativos, bem como os institutos de pesquisa. O pesquisador precisa ter em mente que prevalecem o dever de resguardar os direitos do titular e os princípios da finalidade. A qualquer tempo, os titulares ou seus representantes, podem requerer de forma gratuita a informação de quais dados estão sob a guarda do pesquisador, cabendo a este o dever legal de prestar as informações.

Torna-se imperiosa a formulação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que, além de autorizar o tratamento de dados, deixe clara a eventual intenção de compartilhamento com outros pesquisadores ou instâncias. Essa exigência legal é fundamental quando a pesquisa envolve vínculos com instituições de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Diante desse cenário, consolida-se um doloroso paradoxo: as crianças e os adolescentes fornecem a base empírica de belíssimas pesquisas que se transformam em teses, dissertações e livros; todavia, são impedidos, seja por segurança física, seja por barreira legal, de terem as suas identidades divulgadas.

Eles contaram suas histórias, riram e se emocionaram com elas, revelaram segredos, fizeram denúncias, mas, embora considerados autores pelo marco referencial que orientou a pesquisa, tiveram sua autoria negada e, no lugar desta importante autoria, mais uma vez foram mantidos anônimos. Anônimos como vivem nas ruas ou nas instituições totais que os recolhem, fruto de uma situação econômica tão desigual e que impõe tanto sofrimento à população. Embora os estudos transcrevam seus relatos, elas permanecem ausentes, não podem se reconhecer no texto que é escrito sobre elas e suas histórias, não podem ler a escrita feita com base e a partir dos seus depoimentos. As crianças não aparecem como autoras dessas falas, ações ou produções. Permanecem ausentes (Kramer, 2002, p. 10-11).

Diante desse lamento sociológico, a indagação ética inevitavelmente nos toma: qual seria, então, a forma mais adequada de atender tanto ao sentido sociológico de dar voz quanto ao rigor da legislação na proteção dos dados dessas crianças e adolescentes? Conclui-se que a solução talvez não resida na divulgação nominal, mas na própria concepção da pesquisa.

O seu verdadeiro sentido é fazer com que as vivências e dores apuradas ressoem, de forma a trazer melhoria, estrutura e até mesmo alento a essas crianças, que, embora por vezes pequenas em estatura, possuem uma concepção e um filtro de realidade próprios e perfeitamente válidos. Dessa forma, mesmo que a lei imponha o anonimato como salvaguarda, o trabalho do pesquisador assegura que essas histórias não sejam em vão, transformando a escuta em um instrumento de apoio e transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que os métodos etnográficos analisados, notadamente a observação participante e a utilização de desenhos, não encerram em si uma totalidade dogmática, tampouco constituem um rol taxativo capaz de enquadrar as dinâmicas infantojuvenis em moldes teóricos rígidos. Pelo contrário, tais instrumentos operam como bússolas metodológicas que guiam o pesquisador na decodificação das ações humanas. É a partir de vivências e subjetividades peculiares que se viabiliza a compreensão autêntica do universo da criança e do adolescente.

Ao transpor essa prática investigativa para o crivo da ética e do arcabouço normativo, com especial atenção à LGPD, evidencia-se o incontornável dever de salvaguarda que baliza a relação entre o pesquisador e esses jovens atores sociais. Instala-se, contudo, um complexo dilema ético-jurídico: se, por um lado, o imperativo legal da anonimização protege a privacidade dos dados, por outro, ele repercute drasticamente na publicidade dos achados.

Nesse contexto, as crianças, que no campo atuam como sujeitos ativos, sofrem a negação de sua autoria, permanecendo invisibilizadas e ausentes do reconhecimento de suas próprias histórias.

Conclui-se, portanto, que a investigação sociológica de atores imersos em contextos de vulnerabilização transcende a mera extração e divulgação de dados acadêmicos. O verdadeiro propósito da pesquisa científica é fazer com que essas vozes ressoem no tecido social, convertendo os achados em instrumentos pragmáticos de transformação.

Tais estudos devem consubstanciar alicerces seguros para a formulação e a expansão de políticas públicas protetivas. Somente assim, a rede estatal e os órgãos públicos de amparo serão capazes de prover acolhimento, estrutura e efetiva garantia de direitos tanto às crianças quanto aos seus familiares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a Proteção Geral de Dados. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 16 abr. 2026.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Cadernos de Campo: **Revista do PPGAS da USP**, São Paulo, ano 14, n. 13, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KRAMER, Sônia. **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças.** Cadernos de Pesquisa, [s. i.], n. 116, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).

MARCHI, Rita de Cássia. **Pesquisa etnográfica com crianças: participação, voz e ética.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 50, n. 1, jan./jun. 2007.

PIRES, Flávia Ferreira; SOUSA, Emilene Leite de. **Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 61-93, 2021.

SOUSA, Emilene Leite de. **As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças.** Iluminuras, Porto Alegre, v. 16, p. 140-164, 2015.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos?** Ponto Urbe [Online], [s. l.], n. 11, 2012.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.